**Empresa:**

 **CNPJ: Inscrição Estadual.:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Check | Pag | **Documento exigido pelo Regulamento do Pró-Emprego** |
|  |  | Art. 2°Inciso I, a - identificação completa da empresa;*O preenchimento de todas as informações exigidas no Formulário 1 – Informações Gerais do Resumo do Projeto suprem esta exigência.*  |
|  |  | Art. 2°Inciso I, b - identificação completa dos sócios-gerentes ou titulares e dos administradores;*O preenchimento de todas as informações exigidas no Formulário 1 – Informações Gerais do Resumo do Projeto suprem esta exigência.*  |
|  |  | Art. 2°Inciso I, c - identificação completa do signatário do pedido*Se o signatário do pedido for procurador, a procuração deve ser anexada ao pedido.*  |
|  |  | Art. 2°, inciso IICópia autenticada do instrumento constitutivo da empresa, devidamente atualizado e, quando se tratar de sociedade por ações, ata da última assembleia de designação ou eleição da diretoria;Art. 2°, § 7°A exigência prevista no inciso II do caput poderá ser suprida pela apresentação de extrato consolidado da documentação referida no citado inciso, desde que a informação possa ser comprovada por meio da página oficial da Junta Comercial do Estado - JUCESC, disponibilizada na Internet.  |
|  |  | Art. 2°, inciso IIIComprovante de pagamento da Taxa de Serviços Gerais (Lei nº 7.541, de 1988, Tabela I, item 11) - Código 2119.*Ao efetuar o pedido no Sistema de Administração Tributária – SAT, o aplicativo gerará DARE/SC vinculado ao pedido efetuado.*  |
|  |  | Art. 2°, inciso IVProjeto detalhado do empreendimento, com cronograma físico-financeiro dos investimentos, metas de faturamento e de oferta de mão-de-obra, em números semestrais, por todo o período de fruição do Programa;*A Secretaria da Fazenda criou 4 formulários que chamou de “Resumo do Projeto”, que preenchidos devidamente suprem a exigência acima. As informações prestadas nos formulários poderão ser complementadas, inclusive com a anexação de outros documentos.*  |
|  |  | Formulário 1 – Informações GeraisFormulário 2 – Metas de Utilização de Mão-de-obraFormulário 3 – Cronograma de InvestimentosFormulário 4 – Metas de Faturamento*Os formulários devem ser completamente preenchidos, datados e assinados.* |
|  |  | Copia do Protocolo de Pedido de Concessão produzido no aplicativo SAT-TTD da Secretaria da Fazenda, devidamente assinado por representante legal da empresa.  |
|  |  | Art. 195, § 3º, da Constituição FederalCertidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da empresa requerente; |
|  |  | Planta da obra (no caso de construção, ampliação ou reforma de prédios).  |
|  |  | Licenças ambientais (quando a legislação exigir tais licenças para o empreendimento em questão). |
|  |  | Copia do Protocolo de Pedido de Concessão produzido no aplicativo SAT-TTD da Secretaria da Fazenda, devidamente assinado por representante legal da empresa.  |
|  |  | Outros documentos específicos que poderão ser exigidos durante a análise do pedido em razão do tipo ou natureza do tratamento tributário pretendido.  |

**Documentos que serão produzidos, anexados ao processo e verificados pela Secretaria de Estado da Fazenda**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Check | Pag. | **Documento a ser produzido e verificado** |
|  |  | Cadastro da empresa requerente no CCICMS/SC. |
|  |  | Art. 7º, § 2 º, inciso ICertidão negativa de débitos de **tributos estaduais** da empresa requerente; |
|  |  | Art. 7º, § 2 º, inciso ICertidão negativa de débitos de **tributos estaduais** da construtora *(quando requerido a habilitação de construtora para execução da obra na modalidade de empreitada global, nos termos dos arts. 10, § 1º e 15, § 2º, do Decreto nº 105, de 2007).* |
|  |  | Art. 7º, § 2 º, inciso IIComprovação de que a requerente está em dia com a obrigação prevista no Anexo 7, art. 7°, do RICMS/SC-01(Sintegra). Comprovação de que a requerente está em dia com a obrigação prevista no Anexo 11, art. 33-D, do RICMS/SC-01(Escrituração Fiscal Digital - EFD).  |